

nas manifestações religiosas (procissões, missas) sendo-lhes vedado o acesso ao sacerdócio.

A obra de Jaenen mostra ao leitor as perspectivas de um fecundo horizonte de pesquisa e reflexão; campo aberto já entre nós, magnificamente, por Sérgio Buarque de Holanda, em *Visão do Paraíso*, sem que, entretanto, ninguém, mesmo modestamente, lhe seguisse os passos pioneiros para perscrutar o universo ideológico e cultural que circunscreveu os contatos do colonizador europeu com o indígena americano.

VERA LÚCIA AMARAL FERLINI

* *
*

ISAACMAN (Alen F.). — *Mozambique. The Africanization of a European Institution. The Zambezi Prazos, 1750-1902*. The University of Wisconsin Press, Madison, Milwaukee, e London. 1975. XVIII — 260 págs.

Alen F. Isaacman é historiador americano dedicado a estudos portugueses. Esta circunstância explica a gênese do livro em epígrafe e que ora se apresenta.

O trabalho em questão oferece o sabor especial de se tratar de uma paciente e prolongada pesquisa em acervos de fontes manuscritas que se encontram guardadas nos Arquivos de Lisboa, notadamente nos do Arquivo Ultramarino, e em investigações de campo em Moçambique. Importante, pois, realçar, nesta notícia bibliográfica, os meios científicos de que se serviu o autor para a elaboração da obra — pesquisa documental em Arquivos e trabalho de campo — admirável encontro conclusivo entre passado e presente. E é precisamente esse vínculo institucional que deveras impressiona.

A obra é de consulta obrigatória para todos os que se interessam pela dilucidação dos *Prazos*, cuja procedência, em suas origens, tanto ainda se discute. Constituem-na dez capítulos. Após estudar o condicionalismo físico da Zambézia, revelador, em boa parte, dos seus aspectos demográfico e político, o autor aborda a formação institucional dos *Prazos* no decurso de 1650 a 1850. Seguem-se as análises sobre a organização política desta instituição, de 1750 a 1850, a estrutura da sociedade nesse período histórico, e o fomento econômico dos mesmos *Prazos* de 1750 a 1851, considerado não só sob o aspecto de produção, mas também de distribuição.

Isaacman examina seguidamente as relações externas da controvertida instituição, sempre dentro daquelas balizas cronológicas. Os últimos capítulos da obra ocupam-se da decadência do sistema (1800-1850) e da persistência do

mesmo, que o autor acompanha desde 1850 a 1900. O décimo capítulo é o “conclusivo” do trabalho. Segue-se um *post-scriptum* sobre a transformação dos *Prazos*.

A edição é enriquecida com dois apêndices: o primeiro atinente à coleta de dados orais, em que se apresentam as modernas concepções de tão útil instrumento de trabalho; o segundo contém róis bibliográficos. As notas, como habitualmente se acham em livros ingleses ou americanos, vem ao final.

Como se impõe em obras deste quilate e natureza, a pesquisa das fontes e da bibliografia é rica. Considera-se ainda de suma utilidade o Índice, sobremaneira esclarecedor, tornando a consulta fácil e cômoda, sendo de notar-se, ademais, a presença de algumas cartas geográficas, quadros explicativos e de um glossário de termos africanos inseridos no trabalho sob análise.

Na discussão sobre a origem dos *Prazos*, o autor chega afinal à conclusão de que se trata de uma instituição política centro-africana, depois de se propor estudar a africanização de uma instituição européia.

Recomenda-se a obra, digna de ser lida e meditada.

HAI DÉE MARQUIAFAVE PUGLIESI

* *

*

MANGUIN (Pierre-Yves). — *Les Portugais sur les Côtes du Viêt-Nam et du Campã. Etude sur les routes maritimes et les relations commerciales, d'après les sources portugaises (XVI, XVII, XVIII siècles)*. Publications de L'Ecole Française d'Extreme-Orient, vol. LXXXI. Paris, 1975. XIII, 324 págs.

Pierre-Yves Manguin é nome que há recuado tempo ultrapassou as fronteiras de seus país, para afirmar-se internacionalmente como um dos mais sérios pesquisadores da *Ecole Française d'Extreme-Orient*.

O trabalho em epígrafe divide-se em duas partes — a primeira trata das rotas marítimas; a segunda ocupa-se das relações comerciais. Semelhante desdobramento é conforme o sugerido pelo próprio subtítulo do livro que ora se divulga.

A primeira parte da obra sob análise compõe-se de quatro capítulos. No primeiro descrevem-se os contatos, relações e “descobrimento oficial” por Duarte Coelho. No segundo, revelam-se os principais roteiros — *de Portugal para Índia*, de Vicente Rodrigues; *da Índia Oriental*, de Manuel Pimentel; *Advertências para a Navegação da Índia*, precioso manuscrito de Francisco Rodrigues, que o autor pode consultar na Biblioteca e Arquivo de Cadaval, em